

Balanço vitorioso

UMA DEFLAÇÃO de 1,48 por cento em março, algo além do prometida, e para muitos utópica, inflação zero, já teria correspondido folgadoamente aos esforços do Governo e do povo brasileiros no período pioneiro, e também decisivo, da implantação do Plano de Estabilização Econômica.

O INVENTÁRIO de março, entretanto, não se limitou ao arroslamento desse histórico índice negativo de inflação, no Brasil até ontem da hiperinflação: 45 dias depois do decreto que mudou a face da nossa economia e do próprio País, o Presidente José Sarney pôde anunciar à Nação uma série de dados que ampliam de forma considerável os efeitos vitoriosos da reforma. E que abrem perspectivas do seu desdobramento inteiramente de acordo com a estratégia traçada para derrotar a inflação, equilibrar a economia, fortalecer a moeda, recuperar os valores do investimento e da produção, permitir afinal o saudável, consistente e bem distribuído desenvolvimento interno.

A CONTECEU a desinflação sem recessão, para o desapontamento dos que duvidavam da viabilidade do Plano Cruzado ou tentam sabotá-lo. Pelo contrário, a economia continuou crescendo, cabendo à indústria o substancial avanço de 12 por cento. Em vez de desemprego, maior ocupação da força de trabalho; em vez de apatia nas vendas do comércio varejista, a expansão da atividade do setor; em vez de colapso no abastecimento de gêneros, ou da irrupção do câmbio negro, um abastecimento normal com os preços dos alimentos acusando queda de 5

por cento. Enquanto isso, as exportações em março alcançaram Índice recorde, incumbindo-se de dar correspondência no cenário externo aos êxitos internos.

A JUSTAMENTOS se fizeram e se farão necessários dentro do trabalho de execução do Plano. Todavia ele não sofreu qualquer desvio estrutural — conforme acentuou o Presidente — e nada indica que daqui por diante precise sair dos trilhos de sua concepção originária. As divergências entre produtores e varejistas, por exemplo, vão sendo pouco a pouco aplainadas, e isso ocorre não apenas porque o Governo esteja fiscalizando, punindo, operando mecanismos intervencionistas como o dos estoques reguladores etc., mas sobretudo porque a reforma econômica criou o clima propício às soluções da negociação pelas partes diretamente interessadas, tão específicas do regime democrático de mercado.

SARNEY assegura então ao povo brasileiro — "beneficiário e destinatário da ação do Governo" — que não haverá transigência nem recuo. Se tudo está dando certo, o que resta fazer é conservar a nova economia do País no caminho do sucesso, apenas reforçando o potencial corretivo e reformista do Plano Cruzado. O congelamento dos preços, assim como a fiscalização oficial e popular da execução das medidas antiinflacionárias, continuará em pleno vigor até que se torne natural e flagrantemente dispensável. Não adianta, portanto, estarem aqui e ali profetizando prazos de vigência do congelamento, do tabelamento e dos rigores da fiscaliza-

ção. A obra, de tamanhos compromissos e tamanhas responsabilidades, não será deixada pelo meio.

SEM QUERER esconder ou disfarçar o seu contentamento diante do que a reforma já está significando para a economia do País, para a reabilitação da consciência e dos direitos da cidadania e para a mentalidade da nossa gente (a mentalidade do investimento e da produção substituindo as práticas e os vícios especulativos, as fórmulas da esperteza e do "jeitinho"), nem por isso o Presidente da República procurou esquecer o lado sombrio da realidade brasileira. Ele teve a coragem de dizer ao povo que não basta estabilizar a economia, criar a moeda forte, aumentar o poder aquisitivo dos assalariados. Outras medidas e outras reformas se tornam imprescindíveis para resgatar grandes parcelas da população da miséria, da fome, da doença, do atraso. O Brasil já é a oitava economia do mundo, mas permanece em 27º lugar no cômputo dos indicadores sociais.

A ECONOMIA estabilizada é um passo extraordinário, contudo um primeiro passo. Falta conquistar as etapas que nos levarão a uma sociedade mais humana e mais justa. Daí que a mobilização Governo-povo agora iniciada não pode arrefecer, terá que ser permanente no seu espírito e na sua dinâmica. E deste encontro de interesses e objetivos entre governantes e governados há de resultar, também, uma democracia brasileira finalmente consolidada, a serviço de um país sério.